



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física



Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012

EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

ESPORTE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Luciana Santos Collier

RESUMO

Tendo em vista a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, o artigo se destina a engrossar a discussão sobre a utilização do esporte como instrumento de promoção de saúde, cidadania ou outras qualidades desejáveis em nossa sociedade. Dentro de uma perspectiva crítica procurou-se analisar as propostas apresentadas pelos diferentes contextos e de que forma eles podem ser usados, manipulados e distorcidos pelo poder público e pela mídia a fim de influenciar o senso comum. Este debate visa promover conscientização acerca das consequências da realização dos megaeventos nesta cidade.

INTRODUÇÃO

É preciso vencer sim, a qualquer custo. As massas desejam recordes que igualem os esportistas aos super-heróis, patrocinados por grandes empresas, que investem em tecnologia, para estes homens aprimorados correrem cada vez mais e venderem cada vez mais os produtos que estas empresas produzem. Os heróis criados fazem propaganda de produtos que são consumidos pelas massas que aí se imaginam um pouco super-heróis também, fechando-se o ciclo".
(Bourg, 1995, p. 60 *apud* Taffarel, 2007)

A realização dos XV Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro em 2007 e, atualmente a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e as Olimpíadas também no Rio de Janeiro em 2016, vem suscitando dentro da área da Educação Física no Brasil curiosidades na abordagem do tema Esporte e sua suposta capacidade de promover a cidadania, merecendo uma reflexão atenta que leve em consideração seus determinantes políticos, econômicos e sociais. Apesar da eclosão da violência urbana, do aumento assustador do tráfico de drogas e dos índices de miséria da população em nosso país, os governos federal, estadual e municipal destinaram, na ocasião dos Jogos Pan-americanos um investimento de aproximadamente três bilhões de reais na construção e reforma de ginásios, estádios e outras instalações esportivas e acessórias, permanentes e



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

temporárias necessárias à realização deste grande evento esportivo, acompanhado pela mídia do mundo inteiro.

No caso dos próximos megaeventos esportivos a Prefeitura do Rio e o Governo do Estado recentemente gastaram 30 milhões de reais apenas para promover o sorteio preliminar da Copa do Mundo. Enquanto isso, a cidade do Rio de Janeiro se transforma em um canteiro de obras, com investimento superior a R\$ 1 bilhão para reformar o Maracanã. Estamos vivendo num país de marketing, de propaganda. A mídia divulga que vai ter a Copa do Mundo e Olimpíadas e que isso vai melhorar a vida do povo. No entanto, como já vimos na ocasião da realização dos Jogos Pan-americanos, o que está melhorando é apenas a vida dos donos das grandes empreiteiras, dos grandes empresários.

Paralelo a esta mobilização preparatória, inúmeras reportagens foram apresentadas na época do Pan, e começam novamente a surgir outras tantas a respeito dos “projetos sociais” na área de esportes e lazer que se espalham pelo país, atribuindo ao esporte o status de mecanismo mediador da formação do cidadão, com capacidade de tirar as crianças da rua, ocupar-lhes o tempo ocioso, afastá-las das drogas; diminuindo os índices de violência, melhorando a qualidade de vida e promovendo a inclusão social. Diante deste quadro, algumas questões emergem como pontos para reflexão: Apesar de tantas iniciativas deste tipo em execução, por que será que o quadro de miséria e desigualdade ainda é tão devastador em nosso país? O esporte tem mesmo esta capacidade de “redenção” da sociedade?

Enquanto os envolvidos em práticas desportivas – atletas e ex-atletas, técnicos desportivos e leigos – enaltecem as propriedades redentoras do esporte; os professores de educação física, que defendem uma linha metodológica crítico-superadora, colocam em dúvida esta capacidade do esporte em debelar a desigualdade social. Para Taffarel (2007) são necessárias ações mais diretas com repercussão no “modo de vida” para impedir o ciclo de desigualdades que atinge a vida nacional num plano geral. Modo de vida é aqui entendido como: “desenvolvimento das forças produtivas que garantem a existência humana” (2007 p.2). O nosso modo de vida continua sendo precário e a vida humana no planeta está sendo mantida a partir de esquemas de dominação e exploração da natureza e dos seres humanos entre si.

FALANDO SOBRE ESPORTE

Em sua gênese o esporte/jogo nos remete a uma atividade de caráter prazeroso, lúdico, criativo, mas a evolução histórica da humanidade institucionaliza o esporte que assume um caráter exacerbadamente competitivo, com “uma lealdade irracional a sistemas de poder” e uma aquiescência passiva a valores duvidosos (Taffarel, 2004 p.10). Ou seja, o esporte/jogo enquanto manifestação humana acompanha a evolução histórica da humanidade e reflete as contradições da sociedade e do contexto econômico e político no qual se insere. Este quadro gera divergências em sua prática, considerando as suas dimensões e expressões: saúde, lazer, educação e competição.

Estudos no mundo inteiro têm embasado cientificamente as teses que consideram a atividade física como essencial para a prevenção de doenças, melhoria da



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

saúde e da qualidade de vida dos indivíduos. A atividade física feita com este objetivo é praticada regularmente, comedido, respeitando os limites físicos e motores de seus praticantes, de acordo com os interesses e necessidades de cada um, enfim levando em consideração a individualidade biológica dos seres humanos.

Os padrões de beleza utópicos estabelecidos e difundidos pela mídia (magreza excessiva, músculos torneados...), são os maiores motivadores dos exageros nas práticas desportivas, tornando contraditória a relação do esporte/atividade física com a promoção da saúde. Academias transformaram-se em mega-empresas formando, inclusive, cartéis que vendem produtos (aulas) com a promessa de obtenção do corpo dos sonhos, independente do biótipo do praticante. Por outro lado estimula-se a prática esportiva visando unicamente competição (como acontece com o esporte de alto nível); ou de forma exagerada e sem controle; sem acompanhamento médico ou orientação de um professor de educação física; ou ainda mediado por drogas. Desta forma o jargão “esporte é saúde” que todos repetem irrefletidamente, torna-se contraditório, na medida em que estará promovendo a “doença” de seus praticantes.

O esporte praticado sob a forma de lazer acompanha o desenvolvimento do capitalismo no panorama mundial. Surge enquanto reivindicação trabalhista no final do séc. XVIII em função das excessivas jornadas de trabalho (12 a 16 horas diárias) praticadas na época, e acaba se transformando em direito dos trabalhadores. No entanto a instituição do lazer como direito do trabalhador, facilitou a articulação destes, que aproveitavam seu tempo livre ou de lazer para discutirem aspectos da exploração capitalista, organizar manifestações e greves, se constituindo num “perigo” para as classes dominantes. Desta forma, o poder público em conjunto com a elite, inicia uma tentativa de controlar as diversões populares e “organizar” o lazer da classe trabalhadora criando instituições específicas para este propósito (praças, centros ou clubes de recreação).

Apesar de todas as lutas e conquistas dos trabalhadores o que se observa atualmente é que as classes economicamente menos favorecidas, além de disporem de tempo livre ainda bastante reduzido, não são devidamente “servidas” de espaços públicos de lazer. O lazer na modernidade não é mais visto como prática espontânea e livre; transforma-se numa mercadoria, num veículo de exploração e manipulação: o lazer passa a ser comercializado e utilizado como veículo de alienação das massas. Castra-se a criatividade, a imaginação e a fantasia na medida em que utiliza o tempo de lazer em atividades predeterminadas, padronizadas ou robotizantes. Tanto aquelas relacionadas com a atividade física como as de outras áreas culturais: cinema, música, literatura, artes...

Com a adoção de políticas de cunho neoliberal, o governo vem paulatinamente se desresponsabilizando com os investimentos no sistema de esporte e lazer, transferindo esta responsabilidade para instituições particulares, ONGs, etc. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que entre 2002 e 2003, os gastos dos governos estaduais com esporte diminuíram 19,6%, caindo de 0,13% das despesas totais para apenas 0,09%. Além disso, em 2003, a dotação de esporte e lazer no Orçamento Geral da União era de aproximadamente R\$ 350 milhões. Se observarmos o que foi utilizado, porque existe uma diferença entre o que é



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

autorizado e o que é de fato utilizado, vamos verificar que menos de 1/3 do orçamento foi executado.

O incentivo fiscal ao esporte e lazer é uma antiga reivindicação da comunidade envolvida nestas práticas, podendo ser uma fonte a mais de recursos para financiar o esporte no Brasil. É um mecanismo que vem atraindo o investimento privado para a área, tendendo, porém, a transformar o esporte e o lazer – tal como a educação e a saúde – num privilégio de poucos ao invés de um direito para todos.

Partindo de iniciativas públicas, público-privadas, filantrópicas, etc. muitos projetos sociais têm sido implantados a fim de oferecer às comunidades menos favorecidas a oportunidade de participar de atividades de esporte e lazer. Normalmente utilizam metodologias da iniciação esportiva com o objetivo de ensinar uma modalidade priorizando a aprendizagem de suas técnicas e regras e visando a performance. Quando na verdade deveriam trabalhar dentro do viés do lazer ou da promoção de saúde, para dar a esta parcela da população uma vida com mais dignidade e qualidade, desenvolvendo cidadania. Em alguns casos cumprem com o objetivo de ocupar o tempo ocioso dos indivíduos envolvidos, podendo até afastar das drogas e da violência (pelo menos enquanto a criança está em atividade) e melhorar a auto-estima. Apesar disso incute nas crianças o desejo de se tornarem como os Ronaldinhos, Oscar, Daiane, Hortência..., como se isto fosse fácil e dependesse somente do esforço e dedicação individual. Desta forma se a criança não consegue ser um grande nome no cenário esportivo nacional é por que ela não é tão boa, não se esforçou o suficiente, precisa ser mais persistente e por isso não mereceu ser um campeão. É uma rasteira na autoestima da criança, o que pode gerar um efeito “rebote” devastador, podendo até jogá-la definitivamente para a vida das ruas, drogas e violência.

Até meados da década de 80 as faculdades de Educação Física formavam profissionais especializados em práticas desportivas; a maioria dos professores e alunos destas faculdades eram atletas, ex-atletas ou técnicos de alguma modalidade o que direcionou a formação dos licenciandos para a prática desportiva.

Os primeiros professores de Educação Física com nível superior de escolaridade trabalhavam exclusivamente nas escolas e nos clubes como técnicos das diversas modalidades. Em virtude disso, o esporte aparece vinculado às aulas de Educação Física, que para o senso comum, é apenas uma aula onde os alunos aprendem uma modalidade esportiva. O esporte competitivo praticado nas escolas valoriza a performance e a exclusão, na medida em que apenas os “melhores” são escolhidos para jogar. Somente no final dos anos 80, baseado na teoria crítico-superadora da Educação Física Escolar, é que começou a se pensar numa proposta que estivesse relacionada com objetivos de participação e inclusão, mais adequada ao âmbito escolar. Dentro da escola o esporte poderia ser utilizado como atividade diferencial na construção da cidadania por permitir exercício da autonomia, participação e consciência crítica. Porém existem evidências de que está sendo proposto o retorno (se é que algum dia deixou de ser assim) a ações pautadas na busca da aptidão física/rendimento físico-esportivo. Este fato pode ser comprovado em função da elaboração de projetos do Governo Federal como “Escola celeiro de atletas” e “Programa de detecção de talentos esportivos”, ambos destinados a escolher dentro das escolas crianças “dotadas” de habilidades propícias à



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

prática de esportes, estimulando a competitividade e promovendo a exclusão no âmbito escolar.

O esporte competitivo, enquanto prática social que se enreda no contexto capitalista, transforma os atletas de alto nível em “profissionais do esporte”, que sobrevivem do salário que recebem dos seus patrocinadores. Percebe-se, desta forma, uma busca frenética pela superação de limites, transformando a prática esportiva de alto nível em atividade desumana. Com o objetivo de melhorar a performance, vencer adversários, bater recordes os atletas se submetem às exaustivas horas de treinamento, ingerem drogas estimulantes, danificam sua saúde, arriscam suas próprias vidas, perdendo a noção da proporção daquilo que fazem. Além destes “atos heróicos” colaborarem com o processo de alienação da sociedade, o próprio atleta se encontra alienado da sua capacidade de raciocínio e de decisão, da sua autonomia e, o que é pior, tem vida curta. “Aposentam-se” com 25/30 anos (hoje em dia temos visto um aumento da vida-útil do atleta em função de avanços científicos e tecnológicos) com a saúde tão avariada que algumas vezes vêm-se imprestáveis para outro tipo de profissão. É bem verdade que, dependendo do nível de esclarecimento do atleta e do esporte que ele escolheu para se dedicar, pode ser que ele jamais precise trabalhar.

Nos últimos anos, o governo federal pouco fez em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Apenas realizou conferências municipais e nacionais para a delimitação das políticas nacionais e sistema nacional de esporte e lazer.

Estes gestos simbólicos, não foram suficientes para atender as reais necessidades do país no âmbito do esporte e lazer, pois não são decorrentes de uma sólida posição política do governo em atender as reivindicações históricas da área, mas são medidas compensatórias para aliviar a pobreza e continuar privilegiando os interesses das elites no sentido da manutenção do status quo. De acordo com Taffarel (2007) o problema hoje é o imperialismo, consequência do capitalismo globalizado que provoca no âmbito dos esportes algumas consequências, tais como:

- Utilização do esporte como mecanismo de manipulação do imaginário popular pelos meios de comunicação de massa. Os investimentos e a destinação de recursos alimentam o mecanismo de alienação através do “esporte para o povo” onde a mídia continua sustentando a máxima que “o mais alto, forte e veloz” joga e disputa medalhas e os demais assistem, batem palmas e compram os subprodutos da indústria cultural esportiva - camisetas, chapéus, fitas, bandeiras, bebidas, etc.
- Com a decadência do sistema taylorista de organização do trabalho “valores esportivos” como: disciplina, hierarquia, vigilância, controle, divisão de tarefas, e sua concepção militar de mobilização da força de trabalho tornam-se obsoletos e vão cedendo lugar a outros, também desenvolvidos através das atividades esportivas, como: lealdade, senso de responsabilidade, esforço pessoal, espírito de equipe, indispensáveis às novas formas de gerenciamento científico da produtividade e da exploração da mais-valia.
- A emergência de um tempo livre a ser destinado às atividades esportivas e o desenvolvimento do “imperialismo do corpo” e da indústria da beleza



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

estimulando a prática exagerada de atividades físicas de cunho extremamente comercial, criando-se um verdadeiro setor econômico com taxas de crescimento elevadas.

Desta forma, percebemos que nem mesmo o esporte escapa às garras do imperialismo, enquanto as crianças e jovens estão sem oportunidades de essência, nas escolas e fora delas, para construir a cultura corporal com autodeterminação e auto-organização, a política de desenvolvimento do “esporte para o público” continua acentuada. Partindo desta premissa precisamos avaliar o que se pretende que o esporte seja no Brasil e que cidadão ele pretende formar?

FALANDO DE CIDADANIA

Segundo Torres (2001) na Grécia Antiga a cidadania servia para diferenciar os indivíduos de acordo com a classe à qual pertenciam, uns eram capazes de gerir os negócios de estado enquanto outros apenas seguiam os seus ditames, não possuíam direitos civis. Os primeiros eram os cidadãos os outros plebeus ou escravos. Mesmo sendo considerada uma definição simplista e ingênua ela permeia o ideário da cidadania ainda na atualidade, em teorias que atrelam a cidadania às posses do indivíduo, ou seja, são considerados cidadãos os indivíduos que possuem propriedades privado-particulares.

O Iluminismo com as idéias de Kant, Hegel e Marx constrói uma teoria de cidadania que considera a realidade como constituída de indivíduos homogêneos, com os mesmos direitos e obrigações, porém com interesses e identidades diversificados. No iluminismo é que se esboça um sistema de educação pública com a finalidade de incorporar todos os setores da população e a responsabilidade de transformar os indivíduos em cidadãos a partir da apreensão do conhecimento.

No século XX T.H.Marshall elabora, a partir de estudos realizados na Inglaterra do pós-guerra, uma teoria da evolução da cidadania na sociedade civil ocidental. Segundo ele os primeiros direitos que surgem são os civis (séc.XVIII), que estão relacionados com a liberdade dos indivíduos (Direito à propriedade, liberdade de expressão e justiça). No séc. XIX surgem os direitos políticos (que envolvem os processos eleitorais) e no séc. XX os direitos sociais relacionados com a conquista da vida plena (bem-estar social e seguridade econômica). Portanto o séc. XX traz uma teoria de cidadania que vincula “o estado do bem estar e sua rede de serviços à plena expressão da cidadania democrática” (Torres, 2001 p.122).

Marshall (1950) acena que a cidadania, pensada a partir dos conceitos de igualdade básica que se define pelos direitos formais, acaba fortalecendo a desigualdade social. Segundo sua análise, existe a necessidade de um pacto social – compromisso entre as diferentes forças sociais e políticas – para realçar a cidadania democrática, mas lamenta que: “pode ser que alguns dos conflitos dentro de nosso sistema estejam se tornando excessivamente agudos para que o compromisso ainda possa alcançar seu objetivo por longo tempo” (Marshall, 1973 p.122 apud Torres, 2001 p.123/124).



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

Em fins do séc.XX a corrente neoconservadora surge com a crítica de que o estado do bem-estar provoca uma cultura de passividade e dependência da população em relação ao Estado, além de gerar uma crise fiscal sem precedentes (não melhorando as reais chances de vida das pessoas) e promover uma “permissividade cultural” desencadeando uma crise moral, que abalou inclusive a estrutura familiar, nas sociedades ocidentais. Os neoconservadores não aceitam a cidadania concebida a partir de estatutos políticos ou legais, sendo necessário um nível econômico razoável para se garantir a cidadania, ou seja, vinculam à noção de cidadania a noção de mercado. Defendem também a idéia de que a cidadania é a mediadora entre direitos e responsabilidades, ou seja, à cidadania cumpre a tarefa de ajuste entre direitos e obrigações dos indivíduos. Porém para a lógica neoconservadora de concepção individualista, os direitos de propriedade estão acima dos direitos humanos gerando uma tensão na constituição da cidadania (principalmente nos EUA) na medida em que o direito à propriedade é desfrutado por uma parcela diminuta da sociedade enquanto os direitos humanos valem para todo mundo.

A visão neoconservadora de cidadania é contestada em sua afirmação a respeito da dependência provocada pela disponibilização de recursos do estado de bem-estar aos mais pobres. Análises sociológicas demonstram que esta dependência vem sendo provocada pelo aumento de desemprego e subemprego no contexto econômico globalizado. Os pobres que trabalham e os desempregados encontram-se muito abaixo dos níveis mínimos de participação econômica mínima, perdendo inclusive seus direitos políticos. Em contrapartida, nos países escandinavos, a experiência do estado de bem-estar só obteve sucesso, pois estes países desfrutaram, no séc. XX, de taxas de desemprego ínfimas.

No Brasil a construção da idéia de cidadania foi influenciada decisivamente por seu desenvolvimento histórico, atrelado às relações de dependência e dominação econômica, política e cultural. A divisão da sociedade em classes – no início senhores e escravos, mais tarde elite e classe popular – determinando os segundos sempre como submissos e impotentes, acaba desencadeando a formação do “jeitinho brasileiro”. Esta característica da sociedade brasileira se desenvolve como forma de driblar a lei que costuma favorecer as classes dominantes, desde a época em que a sociedade era dividida entre senhores e escravos. Paralelo a isto as práticas clientelistas, desde a época dos coronéis, fortalecem a lógica do favoritismo e paternalismo como forma de driblar as leis. Desta forma o povo brasileiro foi se acostumando a buscar na ordem ilegal o que a lei não lhe concede. Portanto Ferreira afirma que: “isso não significa que sejamos um povo sem caráter” (1993 p.217), mas defende que a nossa cidadania deve ser construída em cima desta nossa “falta de ortodoxia”, malemolência ou maleabilidade, pois na medida em que não corresponde à lógica de acumulação do capitalismo moderno, pode vir a ser elemento fundamental nos novos arranjos da nossa sociedade (1993 p.218).

Assim como o esporte pode ter diferentes objetivos dependendo de quem estiver se utilizando dele, ou de como e onde ele estiver sendo utilizado; o cidadão também pode ser formado de acordo com a proposta que se tem. A partir do que foi exposto acima notamos que durante as diferentes fases da história mundial, vários modelos de cidadãos foram forjados através de inúmeras teorias, e ainda com características



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

diferentes dependendo do país em que se vive, respondendo às determinações, históricas, legais e sociais. Para corroborar esta idéia temos a conclusão de Dallari (1984) citada por Ferreira (1993):

A noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado: portanto este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado, que vai moldá-lo aos seus interesses. (Dallari, 1984 p.61 apud Ferreira, 1993 p.20).

O ESPORTE COLABORA COM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA?

Como manifestação da cultura do movimento corporal o esporte não pode ser analisado de forma isolada do contexto sócio-econômico do país, portanto, para começar a responder a esta pergunta é fundamental que analisemos a política do atual governo federal que, na análise de Taffarel (1993), vem se caracterizando como de conciliação de classe, aprofundando políticas neoliberais, baseada em privatização de instituições estatais, acenando simbolicamente com realizações, mas pouco cumprindo das reivindicações históricas do povo brasileiro. A consolidação, estabelecida pelo atual governo, de uma nova hegemonia onde os direitos e as conquistas dos trabalhadores são submetidos a negociações prevalecendo os interesses das alianças entre a burguesia e as novas forças que exercem o poder governamental, em detrimento das reivindicações históricas dos trabalhadores, aponta para a necessidade da luta de resistência às políticas que iludem o povo e construção de uma contra-hegemonia.

Tendo em vista o direcionamento dado pelo governo às políticas públicas, não somente na área dos esportes, mas de uma forma generalizada, podemos concluir que o cidadão que se têm pretendido formar com a ajuda do esporte possui características bastante adequadas às necessidades do estado neoliberal. Vivemos num tempo de hegemonia das elites econômicas, portanto o esporte oferecido pelo estado direciona seus objetivos para a formação de indivíduos que sejam leais, esforçados e persistentes, que tenham senso de responsabilidade, espírito de equipe, valores indispensáveis à manutenção do status quo e todos facilmente trabalhados através das atividades esportivas. Esta tendência pode ser notada em toda “comunidade esportiva”: alunos, atletas profissionais e amadores, professores, técnicos, dirigentes de clubes, mídia... Todos em uníssono enaltecendo a capacidade que o esporte tem de docilizar, alienar e disciplinar a fim de manter o consenso. Desta forma pode se dizer que o esporte tem cumprido com sua função de formar um cidadão adequado ao modo de vida neoliberal, característico do imperialismo globalizado. Vale ressaltar aqui a idéia de Parlebas: “O desporto não possui nenhuma virtude mágica. Ele não é em si mesmo nem socializante nem anti-socializante. É conforme: ele é aquilo que se fizer dele” (Parlebas, apud Taffarel, 2007 p.25).

Muito embora este seja o modelo de cidadania e de esporte que nos tem sido imposto, boa parcela da população não concorda com esta imposição. É preciso construir um novo modelo de cidadania e a partir daí “reinventar” o esporte; descobrir como ele pode ser “instrumento de uma formação humana voltada para a emancipação, e para a construção de uma sociedade justa e igualitária” (Silva e Silva, 2004 p.18). Um



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física



Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012

EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141

bom exemplo é o projeto Círculos Populares de Esporte e Lazer, idéia da prefeitura Municipal do Recife que tem conseguido uma verdadeira transformação na realidade física e social de comunidades carentes da cidade. Os círculos são formados a partir das reais necessidades de cada comunidade em que se instalam, partindo de uma anamnese dentro da comunidade para descobrir quais são as prioridades e desejos deles em termos de esporte e lazer. Nos Círculos, além de atividades esportivas trabalham-se outras áreas da cultura como música, teatro, leitura, costura, marcenaria... E com o auxílio da prefeitura a própria comunidade vai reformando e construindo a aparelhagem pública de lazer, (re) urbanizando as comunidades. O objetivo principal é a educação para a autonomia e protagonismo social, portanto os organizadores descobrem e preparam junto com os líderes comunitários locais os instrutores da própria comunidade que vão orientar as diferentes oficinas dos círculos. Com isso quando os organizadores percebem que a comunidade já está "caminhando com os próprios pés", se "retiram" daquela comunidade e partem para uma nova comunidade necessitada. Desta forma além de melhorar o acesso ao lazer e à cultura, profissionaliza através de algumas oficinas (artesanato, marcenaria...) e ainda cria possibilidades de emprego dentro da própria comunidade e possivelmente fora dela; contribuindo fortemente para a formação dos cidadãos.

Apesar da estrutura de dominação, alienação e exclusão utilizada pelo poder público através do esporte, é importante lembrarmos que a parcela excluída é a maioria, que precisa e pode reagir, recriar, subverter e sobreviver a esta nova ordem imperialista. Pelbart nos lembra de que: "A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum (Pelbart, 2003 p.23)." Este caminho de subversão de realidades pode e deve se desenvolver através do esporte, na medida em que for levada em consideração a "potência de vida" dos cidadãos, no sentido de uma resistência política aos desmandos do capital.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, N.T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993.

PELBART, P.P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

TAFFAREL, C.Z. e SANTOS JÚNIOR, C.L. *Como iludir o povo com o esporte para o público*. www.gtehc.pro.br. Artigos – março/2007, acessado em 21/07/2007.

TORRES, C.A. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*; tradução Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, J.A.A. & SILVA, K.N.P. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: fundamentos para a educação do tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.



IV Congresso Sudeste de Ciências do Esporte
XII Congresso Espírito-Santense de Educação Física

Vitória, ES - 18 a 21 de setembro de 2012



EDUCAÇÃO FÍSICA, IDENTIDADES E CAMPOS DE ATUAÇÃO.

ISSN 2179-8141